SBEM
Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia

Suplementação Alimentar na Prática Clínica

Alexandre Hohl • Fábio Moura • Felipe Geis • Fulvio C.S. Thomazelli • Josivan Lima • Luciana Grazziotin Rossato Grando • Mauro Scharf • Ricardo Oliveira • Roberto Ziegury • Rodrigo O. Moreira • Rodrigo Lamounier • Victoria Borba • Yuri Geleno

gen | GUANABARA KOOGAN

IL INDICALIVROS

Resumo de Suplementação Alimentar na Prática Clínica

A Psicologia Jurídica vem expandindo suas áreas de conhecimento, pesquisa e atuação, seja em decorrência das novas demandas sociais, seja em função das atualidades nas produções acadêmicas e científicas. A Psicologia e o Direito são áreas do conhecimento científico voltadas para a compreensão do comportamento humano.

Porém, diferem quanto ao seu objeto formal: a Psicologia volta-se ao mundo do ser, e tem como seu ponto de análise os processos psíquicos conscientes e inconscientes, individuais e sociais que governam a conduta humana; o Direito, por sua vez, volta-se ao mundo do dever ser, e supõe a regulamentação e a legislação do trabalho interdisciplinar entre médicos, advogados, psiquiatras e psicólogos forenses.

A perícia, especialmente a psicológica, é um assunto com material didático só recentemente em expansão para uma análise mais aprofundada – temos muitas informações e pesquisas, porém ainda precisam ser delimitados alguns critérios e parâmetros para uma atuação conforme os preceitos éticos da Psicologia e em consonância com as demandas judiciais das pessoas e famílias envolvidas nos litígios.

Serão também abordadas as prerrogativas da Psicologia Jurídica, de acordo com os princípios constitucionais processuais do contraditório e ampla defesa, e a função dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia para proteger (ou ameaçar) tais prerrogativas.

A perícia psicológica será enfocada quanto aos aspectos legais e finalísticos, ressaltando-se a importância das implicações éticas no exercício profissional do psicólogo, bem como a atuação do psicólogo judiciário nas Varas da Família e nas Varas da Infância.

Discute-se também a comunicação entre a Psicologia e o Direito, questionando-se a figura do juiz e a imagem do Judiciário frente à sociedade, e analisando-se a contribuição de ambos para a compreensão

do ser humano, a busca do ideal de Justiça e a construção da cidadania.

Acesse aqui a versão completa deste livro